

EUCLIDES DA CUNHA E CELSO FURTADO

Leodegário A. de Azevedo Filho

(Professor Emérito da UERJ, Titular da UFRJ e
Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia)

Doutor em Economia pela Sorbonne, com pós-doutoramento na Universidade de Cambridge, Inglaterra, o livro clássico de Celso Furtado é *Formação econômica do Brasil*, publicado pela Paz e Terra, já com várias edições. O seu pensamento crítico reflete as justas preocupações de um brasileiro com a questão crucial da miséria e da fome, antevendo o futuro que nos aguarda, se a nação não conseguir superar os problemas que a afligem, entre os quais o desemprego e a reforma agrária, mas sem quebra do estado de direito.

No seu último livro (*Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea* (São Paulo, Paz e Terra, 2002), escreve que “é da alçada dos economistas a análise dos grandes desequilíbrios que estão na raiz dos graves problemas do mundo contemporâneo.” (op. cit. p. 69). Ainda nesse livro, em seu capítulo final, sob o título de “O que devemos a Euclides da Cunha”, põe em questão o pensamento do grande autor de *Os sertões*, assunto que nos toca de perto, como professor universitário de letras, e de que tratamos no pequeno livro *A configuração do real em Euclides da Cunha* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996).

Em síntese, ao proclamar a profunda atualidade da obra de Euclides da Cunha, o eminente economista afirma que “ela nos ajuda a reconhecer que o Brasil é um país em construção.” (op. cit. p. 101). E conclui, na mesma página, que “os problemas que hoje nos angustiam – a fome, o analfabetismo, o latifundismo – são substrato da realidade por ele descrita.” E o livro termina assim: “Em nosso país há uma imensa população amorfa, de raízes culturais múltiplas, sendo caldeada e ascendendo progressivamente à cidadania. O mitológico sertanejo euclidiano deve ser visto como a prefiguração do cidadão consciente que hoje se afirma.” (op. cit. p. 101).

Ao que pensamos – e isso mesmo escrevemos no livrinho acima indicado – Euclides da Cunha interpretou a crise de transição entre o Império e a República, muito mais em termos antropológicos e sociais do que em termos econômicos propriamente ditos. Tal ponto de vista, também defendido por Nelson Werneck Sodrê, em sua “Revisão de Euclides da Cunha”. (*Revista do Livro*, nº 51, 1959), foi igualmente expresso por Franklin de Oliveira (*A literatura no Brasil*, 1959), obra coordenada por Afrânio Coutinho, nos seguintes termos: “Euclides não chegou a dar a importância devida aos fatores econômicos na exegese de Canudos.” (op. cit. p. 304). E acrescenta, na mesma página: “Quando (Euclides) saiu da área da interpretação geográfica e racial foi para cair na explicação psiquiátrica, apoiado no maranhense Nina Rodrigues.”

Na verdade, só bem depois de publicada a sua obra máxima é que Euclides da Cunha, em *Contrastes e confrontos* (1904), revelou claro interesse pelo materialismo dialético, como se pode ver no ensaio intitulado “Um velho problema”. Seria admissível que, em São Paulo, São José do Rio Pardo, por influência do socialista Francisco Escobar, seu amigo e admirador, já tivesse discutido questões de caráter marxista. Mas a primitiva organização social de Canudos não é, de modo algum, apresentada pela ótica do materialismo dialético. Nem mesmo de insubordinação agrária se poderia falar em relação ao misticismo religioso de Antônio Conselheiro e seu apego à monarquia e ao sebastianismo, pois isso seria uma estranha combinação. Certamente Euclides da Cunha, se não tivesse a vida tragicamente cortada, iria conferir outra estrutura de base social e econômica ao seu projetado livro sobre a Amazônia, que deveria ter o título de *Um paraíso perdido*. Mas não, evidentemente, em *Os sertões*, onde seria impossível qualquer conúbio entre comunismo, monarquia e fanatismo religioso.

Nada disso, entretanto, impede que se reconheça a existência de um socialismo primitivo em Canudos, onde os jagunços recebiam a terra para cultivá-la em benefício de todos. Era o “mutirão” – como observa Franklin de Oliveira, em texto já aqui citado – de ajuda coletiva, já em pleno curso no recôncavo baiano. Mas, na verdade, que poderia saber o místico Antônio Conselheiro de Marx? Evidentemente, nada. Muito provável, entretanto, é que Euclides da Cunha, na continuidade de seus estudos, aos poucos se aproximasse de uma interpretação econômica e social da Amazônia. Para demonstrar isso, basta ler atentamente o que ele escreveu em *Contrastes e confrontos*, p. 194: “A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, os produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irreduzível: a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: *o capital é uma espoliação.*” Mais adiante, escreve ainda Euclides da Cunha: “A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina.”

Como se vê, aqui se tem outra visão, outro Euclides da Cunha, bem diferente do que se encontra em *Os sertões*. O sertanejo já não é sub-raça, produto desastroso de um cruzamento genético desigual, sendo o negro uma raça inferior, por isso mesmo apenas destinada ao trabalho, o mesmo ocorrendo com o índio em seu estado primitivo, contrastando tudo isso com a superioridade do colonizador europeu. Como lembra Nelson Werneck Sodré, “sob o clima tropical não seria possível uma forma adiantada de organização social, econômica e política.” (op. cit. p. 32). Tudo como herança visível da ideologia do colonialismo, tendo Euclides da Cunha embarcado na canoa furada de falsas teorias científicas (na verdade pseudo-científicas) daquela época.

Mas não é a ciência, como sabia Celso Furtado e como temos insistido nisso várias vezes, o que vai importar na análise de *Os sertões*. Como simples exemplo, veja-se como Euclides da Cunha fulminou a miscigenação étnica: “A

mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagônicas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado.” (p. 108).

A propósito, já observou Roquete Pinto a existência, em *Os sertões*, de altos níveis de contradição e incríveis paradoxos: depois de condenar inapelavelmente a mistura de raças (ele próprio descendente de índio), mais adiante, vai mostrar (negando-se completamente!) que os mestiços, no lugar de “trapos humanos degenerados”, eram gente que se podia **comparar** aos heróis de Homero (*Tróia sertaneja...*). Os mestiços passam a ser “titãs”, pois “o sertanejo é, antes de tudo, um forte.”

Na verdade, como pensava Celso Furtado e nós próprios, Euclides da Cunha sempre tomou a defesa dos humildes e dos oprimidos, denunciando o pavoroso crime ali cometido e acabando por solidarizar-se com o jagunço, depois de contrariar as falsas teorias “científicas” que, por lamentável equívoco, chegara a defender. Sobre o assunto, leia-se a opinião de Celso Furtado, na página 100 de seu livro:

Livrando-se de uma bagagem de conhecimentos supostamente científicos, Euclides intuiu a existência de um povo em formação autenticamente brasileiro, o qual ele imaginou ser fruto do cruzamento trissecular de raças diversas.” Até certo ponto, tal visão coincide com a do Brasil real, em oposição ao Brasil oficial, como sustenta Ariano Suassuna.

Um pouco mais tarde, defendendo a causa dos trabalhadores dos seringais amazônicos, Euclides da Cunha ficaria, novamente, do lado dos oprimidos e contra os opressores. Isso porque, em sua evolução intelectual posterior, recusaria radicalmente os erros científicos de *Os sertões*, como se depreende em cartas que escreveu a vários amigos. Por tudo isso, a ciência é o que menos importa no grande livro, sendo mesmo a sua parte mais frágil e precíval. O que realmente vai significar, para todos os seus leitores e admiradores, é o seu extraordinário valor literário, pois a imorredoura obra representa a derrota da ciência e a vitória triunfante da literatura.